



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Rua Venâncio Aires, 2035, sala 106, Centro, CEP 97010-005, Santa Maria - RS
Fone: 3286-2881, e-mail: ipasspsm@via-rs.net.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO DE SAÚDE TRIMESTRE: janeiro A março 2014

A Diretoria do IPASSP-SM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4483/2001, para fins gerenciais e de atendimento aos órgãos oficiais de controle interno e externo, emite o presente relatório de avaliação e acompanhamento das aplicações dos recursos do Fundo de Saúde realizadas pelo IPASSP-SM no trimestre de janeiro a março de 2014.

1 – Reservas do RPPS:

No trimestre temos o seguinte demonstrativo do fluxo financeiro:

Tabela I

Mês	janeiro	fevereiro	março	Total Trimestre
Receita	1.011.403,12	1.041.836,33	1.017.605,03	3.070.844,48
Despesa	835.599,40	989.147,46	1.285.403,66	3.110.150,52
Saldo	201.113,74	96.168,34	-213.721,73	83.560,35

NOTA EXPLICATIVA: Foram consideradas a Receita recebida e a Despesa paga – Regime de caixa.

O saldo fluxo de caixa do período importa em R\$ 83.560,35

2 – Do superávit corrente/Déficit corrente:

O Fluxo de Caixa do Fundo de Saúde no trimestre foi positivo em R\$ 83.560,35.

Dessa forma, o trimestre apresentou um déficit na movimentação corrente, pois o valor arrecadado em contribuições não foi suficiente para cobertura das despesas do período. Foi necessário a utilização de parte dos rendimentos obtidos nas aplicações das reservas aplicadas no valor de R\$ 16.989,93.

3 - Rentabilidades dos Investimentos

As reservas do Fundo de Assistência à Saúde proporcionaram, no período, o resultado de acordo com os índices apresentados nos demonstrativos da Tabela II.

Tabela II

Mês	Valor		Índices		
	Aplicado	Rendimentos	Índice Rentabilidade	IPCA + 6% a.a.	Desempenho
Ano - até trimestre anterior	-	-	-	-	-
Trimestre Anterior	-	-	-	-	-
Janeiro	4.361.731,65	16.661,16	0,38	1,04	-0,66
Fevereiro	4.458.756,90	53.745,35	1,21	1,18	0,03
março	4.242.548,67	30.143,77	0,71	1,41	-0,70
No Trimestre	4.242.548,67	100.550,28	2,30	3,66	-1,36
No Ano	4.242.548,67	100.550,28	2,30	3,66	-1,36

NOTA EXPLICATIVA: O valor do saldo aplicado é apurado no último dia do mês. Os rendimentos são obtidos de saldos diários, considerando aplicações e resgates. Para o cálculo da rentabilidade não foram considerados os valores em conta corrente. O índice de rentabilidade mensal é obtido dividindo-se o rendimento total dos fundos pelo total de recursos do Fundo de Saúde existentes no último dia de cada mês. Os índices calculados são utilizados para acompanhamento de rentabilidade, e possíveis diferenças são decorrentes dos arredondamentos fracionários.

Saldos da conta corrente em 31.03.2014 (contábil): R\$ 3.125,13.

3.1 - Rentabilidade dos Investimentos por Fundo e por Banco

As aplicações foram feitas em instituições financeiras públicas, cuja distribuição dos recursos e a rentabilidade auferida estão demonstrados no **Anexo I**.

4 - Avaliações dos Investimentos

4.1 – Avaliações Legais e Técnicas

No trimestre (janeiro a março/2014), os recursos do Fundo de Saúde foram mantidos em investimentos de instituições financeiras oficiais, bancos públicos, localizadas no Município de Santa Maria-RS.

As reservas financeiras do período em análise foram aplicadas em fundos de renda fixa, de acordo com seus respectivos prospectos e regulamentos, atendendo aos requisitos que estabelecem as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Os resgates do período foram feitos para liquidar empenhos, sempre no valor das despesas e na data de seu pagamento.

Como medida de segurança, os recursos foram depositados em bancos públicos, visando atender exigência do Tribunal de Contas do Estado – TCE, e as aplicações foram feitas em mais de uma modalidade de fundo de investimento, de modo a preservar a diversificação entre as aplicações no segmento de renda fixa, cujas aplicações, no trimestre, estão demonstradas nos **Anexos II-1, II-2, II-3**.

As rentabilidades obtidas pelos fundos de investimento apresentam índices diferentes de um fundo para outro, tendo em vista as diferentes modalidades dos fundos e diferenciação na composição das respectivas carteiras, cujas os **Anexos III-1, III-2, III-3 e Anexos IV-1, IV-2, IV-3**, apresentam os índices obtidos das rentabilidades dos fundos em que o IPASSP-SM efetuou aplicações neste trimestre.

4.2 – Avaliações da Rentabilidade

A partir dos dados da Tabela II, verifica-se que as aplicações dos recursos do Fundo de Saúde, no trimestre, apresentaram um resultado positivo na ordem de R\$ 100.550,28. Embora se comparado em relação a meta atuarial esse índice não tenha sido alcançado.

4.3 – Avaliações da Meta Atuarial (IPCA + 6%) e dos Índices de Rentabilidade

Para fins gerenciais, projeta-se a meta atuarial do Fundo de Saúde com base nos mesmos parâmetros aplicados ao Fundo de Previdência, os quais resultam da variação do IPCA + 6,00 % ao ano.

Em termos proporcionais para o trimestre, esse índice foi de 3,66 %, que pode ser subdividido em 2,18 % decorrentes da variação do IPCA, mais 1,47 % de ganho real para o fundo de saúde no período.

No caso do IPASSP-SM, os resultados das aplicações financeiras, no trimestre, em termos de rentabilidade alcançaram o índice de 2,30 %.

Assim, se compararmos com a meta atuarial do período, que foi de 3,66 %, o resultado das aplicações financeiras teve um índice de 1,36 % abaixo da meta atuarial.

No acumulado de 2014, o índice da meta atuarial atingiu o percentual 3,66 %, que pode ser entendido como 2,18 % de variação do IPCA e 1,47 % de ganho real.

No ano de 2014, os resultados das aplicações financeiras do IPASSP-SM alcançaram o índice de 2,30 %, os quais, se comparados com a meta atuarial, que foi de 3,66 %, evidencia que a rentabilidade dos investimentos do IPASSP-SM foi abaixo da meta atuarial na ordem de 1,36 %.

O desempenho dos rendimentos do IPASSP-SM e sua meta atuarial podem ser visualizados de forma acumulada no exercício através do gráfico, **Anexo V**.

Já no gráfico, **Anexo VI** podemos observar o desempenho da meta atuarial no ano, comparado com os índices da meta atuarial (IPCA + 6% a.a.), olhados mês a mês:

4.4 – Cenário Econômico

O cenário econômico de acordo com a última ata do Copom – 182^o Reunião:

O Copom ressalta que a evidência internacional, no que é ratificada pela experiência brasileira, indica que taxas de inflação elevadas geram distorções que levam a aumentos dos riscos e deprimem os investimentos. Essas distorções se manifestam, por exemplo, no encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias, empresas e governos, bem como na deterioração da confiança de empresários. O Comitê enfatiza, também, que taxas de inflação elevadas subtraem o poder de compra de salários e de transferências, com repercussões negativas sobre a confiança e o consumo das famílias. Por conseguinte, taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como de geração de empregos e de renda.

À vista disso, o Copom avalia que a política monetária deve contribuir para a consolidação de um ambiente macroeconômico favorável em horizontes mais longos. Nesse sentido, reitera que, no regime de metas para a inflação, orienta suas decisões de acordo com os valores projetados para a inflação pelo Banco Central e com base na análise de cenários alternativos para a evolução das principais variáveis que determinam a dinâmica dos preços. O Comitê entende, também, que riscos baixos para a inflação subjacente no curto prazo tendem a reduzir incertezas em relação ao comportamento futuro da inflação plena, facilitam a avaliação de cenários por parte da autoridade monetária, assim como auxiliam no processo de coordenação de expectativas dos agentes econômicos, em particular, dos formadores de preços. Note-se, adicionalmente, que riscos baixos para a inflação subjacente no curto prazo tendem a potencializar os efeitos das ações de política monetária, fazendo com que elas possam afetar de forma mais duradoura a dinâmica da inflação plena no futuro. Embora reconheça que outras ações de política macroeconômica podem influenciar a trajetória dos preços, o Copom reafirma sua visão de que cabe especificamente à política monetária manter-se especialmente vigilante para garantir que pressões detectadas em horizontes mais curtos não se propaguem para horizontes mais longos.

O Copom considera que, desde sua última reunião, os riscos para a estabilidade financeira global permaneceram elevados, em particular os derivados de mudanças na inclinação da curva de juros em importantes economias maduras. Apesar de identificar baixa probabilidade de ocorrência de eventos extremos nos mercados financeiros internacionais, o Comitê pondera que o ambiente externo permanece complexo. Para o Comitê, amparadas em dados positivos recentemente divulgados, mantiveram-se as perspectivas de atividade global mais intensa ao longo do horizonte relevante para a política monetária. De fato, há avanços nas economias maduras, inclusive em países da Área do Euro, não obstante, de modo geral, permanecer limitado o espaço para utilização de política monetária e prevalecer cenário de restrição fiscal neste e nos próximos anos. Já em importantes economias emergentes, o ritmo de atividade não tem correspondido às expectativas, em que pese a resiliência da demanda doméstica. O Comitê destaca ainda que, não obstante pressões localizadas, recentemente observadas, as perspectivas indicam moderação na dinâmica dos preços de *commodities* nos mercados internacionais; bem como que, nos mercados de moeda, há evidências de tensão e de volatilidade.

O Copom pondera que o ritmo de expansão da atividade doméstica tende a se manter relativamente estável este ano, em comparação a 2013, bem como que informações recentes indicam, no horizonte relevante para a política monetária, mudanças na composição da demanda e da oferta agregada. O Comitê nota que a absorção interna expande-se a taxas maiores do que as do PIB (que, todavia, se

aproximam) e tende a ser beneficiada, entre outros fatores, pelos efeitos de ações de política fiscal, pela expansão moderada da oferta de crédito (especialmente do crédito ao consumo), pelo programa de concessão de serviços públicos e de permissão para exploração de petróleo. Nesse contexto, o consumo tende a continuar em crescimento, porém, em ritmo mais moderado do que o observado em anos recentes; e os investimentos ganhariam impulso. No que se refere ao componente externo da demanda agregada, o cenário de maior crescimento global, combinado com a depreciação do real, milita no sentido de torná-lo mais favorável ao crescimento da economia brasileira. Pelo lado da oferta, o Comitê avalia que emergem perspectivas mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária e que, no horizonte relevante para a política monetária, o setor de serviços tende a crescer a taxas menores do que as registradas em anos recentes. É plausível afirmar que esses desenvolvimentos – somados a avanços em termos de qualificação da mão de obra – traduzir-se-ão numa alocação mais eficiente dos fatores de produção da economia e em ganhos de produtividade. O Comitê ressalta, ainda, que a velocidade de materialização das mudanças acima citadas e dos ganhos delas decorrentes depende do fortalecimento da confiança de firmas e famílias.

O Copom observa que o cenário central para a inflação leva em conta a materialização das trajetórias com as quais trabalha para as variáveis fiscais e que se criam condições para que, no horizonte relevante para a política monetária, o balanço do setor público se desloque para a zona de neutralidade. O Comitê nota ainda que a geração de *superavit* primários compatíveis com as hipóteses de trabalho contempladas nas projeções de inflação, de um lado, contribuiria para arrefecer o descompasso entre as taxas de crescimento da demanda e da oferta; de outro, contribuiria para criar uma percepção positiva sobre o ambiente macroeconômico no médio e no longo prazo. Importa destacar, também, que a geração de *superavit* primários em patamares próximos à média dos gerados em anos mais recentes contribuiria para diminuir o custo de financiamento da dívida pública, com repercussões favoráveis sobre o custo de capital de modo geral, o que estimularia o investimento privado no médio e no longo prazo.

O Copom destaca que o cenário central também contempla expansão moderada do crédito. Ainda sobre esse mercado, o Comitê considera oportunas iniciativas no sentido de moderar concessões de subsídios por intermédio de operações de crédito.

No mercado de fatores, o Copom destaca a estreita margem de ociosidade no mercado de trabalho e pondera que, em tais circunstâncias, um risco significativo reside na possibilidade de concessão de aumentos de salários incompatíveis com o crescimento da produtividade e suas repercussões negativas sobre a inflação. Não obstante a concessão este ano de reajuste para o salário mínimo não tão expressivo quanto em anos anteriores, bem como a ocorrência nos últimos trimestres de variações reais de salários mais condizentes com as estimativas de ganhos de produtividade do trabalho, o Comitê avalia que a dinâmica salarial permanece originando pressões inflacionárias de custos.

O Copom avalia que a depreciação e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos semestres ensejam uma natural e esperada correção de preços relativos. Para o Comitê, os movimentos nos mercados domésticos de divisas, em certa medida, refletem a transição dos mercados financeiros internacionais na direção da normalidade, entre outras dimensões, em termos de liquidez e de taxas de juros. Importa destacar ainda que, para o Comitê, a citada depreciação cambial, em que pese acomodação recentemente observada, constitui fonte de pressão inflacionária em prazos mais curtos. Somem-se a isso pressões localizadas que ora se manifestam, especialmente, no segmento de alimentos *in natura*, embora, em princípio, trate-se de um choque temporário que tende a reverter nos próximos meses.

O Copom pondera que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses contribui para que a inflação ainda mostre resistência, que, a propósito, tem se mostrado ligeiramente acima daquela que se antecipava. Nesse contexto, inserem-se

também os mecanismos formais e informais de indexação e a percepção dos agentes econômicos sobre a dinâmica da inflação. Tendo em vista os danos que a persistência desse processo causaria à tomada de decisões sobre consumo e investimentos, na visão do Comitê, faz-se necessário que, com a devida tempestividade, o mesmo seja revertido. Dessa forma, o Copom entende ser apropriado ajustar as condições monetárias.

Diante disso, o Copom decidiu, por unanimidade, neste momento, elevar a taxa Selic em 0,25 p.p., para 11,00% a.a., sem viés. O Comitê irá monitorar a evolução do cenário macroeconômico até sua próxima reunião, para então definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Alexandre Antonio Tombini (Presidente), Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Luiz Edson Feltrim e Sidnei Corrêa Marques.

O Copom avalia que a demanda agregada tende a se apresentar relativamente robusta. De um lado, o consumo das famílias tende a continuar em ritmo moderado de expansão, devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito; de outro, condições financeiras relativamente favoráveis, concessão de serviços públicos, ampliação das áreas de exploração de petróleo, entre outros, sugerem expansão dos investimentos. Esses elementos e os desenvolvimentos no âmbito parafiscal e no mercado de ativos são partes importantes do contexto no qual decisões futuras de política monetária serão tomadas, com vistas a assegurar a convergência tempestiva da inflação para a trajetória de metas.

Para o Copom, considerando-se a experiência brasileira na vigência do regime de metas, infere-se que, de modo geral, as trajetórias de importantes indicadores econômicos durante o atual ciclo de ajuste da taxa Selic, bem como as perspectivas para essas trajetórias nos próximos trimestres, apresentam-se em linha com o que se poderia antecipar. Dessa forma, as informações disponíveis sugerem que os impulsos monetários introduzidos na economia desde abril de 2013 têm se propagado normalmente por intermédio dos principais canais de transmissão e que assim tendem a continuar nos próximos trimestres. Nesse sentido, como os efeitos das ações de política monetária sobre a inflação são cumulativos e se manifestam com defasagens, o Comitê entende que parte significativa da resposta dos preços ao atual ciclo de aperto monetário ainda está por se materializar. Além disso, é plausível afirmar que, na presença de níveis de confiança relativamente modestos, os efeitos das ações de política monetária tendem a ser potencializados.

O Copom destaca que, em momentos como o atual, a política monetária deve se manter vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis elevados de inflação, como o observado nos últimos doze meses, persistam no horizonte relevante para a política monetária.

4.5 – Avaliações de Desempenho dos Investimentos

Cumprindo a Política de Investimento proposta para o exercício de 2014 e comparando-a com os resultados da conjuntura econômica do período em avaliação, a Diretoria Executiva do IPASSP-SM considera que a rentabilidade obtida pelos investimentos feitos com os recursos do Fundo de Saúde foi positiva, pois proporcionou recursos para manutenção do patrimônio do Fundo.

Outro fator a ser considerado nos investimentos é a observação dos requisitos que estabelecem de forma integrada as condições mínimas de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Por fim, cabe ressaltar que a administração do IPASSP-SM, na busca de preservar o capital, tem como meta seguir rigorosamente sua Política de Investimentos de forma a garantir os melhores ganhos.

Santa Maria, 29 de abril de 2014.

Eglon do Canto Silva
Diretor Presidente

Gilmar José Kumpfer Werlang
Diretor Geral